

CARAJÁS: A SAÍDA OU O FUNDO DO POÇO ?

(Projeto em vídeo)

Centro de Trabalho Indigenista
São Paulo - junho 89

Apresentação

Concebidos em escala internacional, os chamados "grandes projetos" de desenvolvimento para a Amazônia - como o Programa Grande Carajás - são financiados através de empréstimos tomados aos bancos multilaterais de desenvolvimento. De acordo com recomendações que buscam orientar a política de aplicação desses empréstimos, exigências voltadas para a "devida atenção" ao meio ambiente e às populações indígenas afetadas passaram a figurar como cláusulas nos contratos de financiamento firmados pelo governo brasileiro.

Entretanto, são pouco discutidos e divulgados os "impactos" desses projetos sobre as comunidades afetadas - indígenas ou não - e permanece precária a eficácia das medidas exigidas pelos bancos. A falta de conhecimento público e discussão ampla das políticas governamentais para a Amazônia vêm caracterizando a atuação dos dirigentes brasileiros nas últimas décadas. Isto sem considerar a falta de coordenação entre as políticas públicas e a ausência total de participação, nos processos decisórios, das populações afetadas diretamente pelos chamados "grandes projetos".

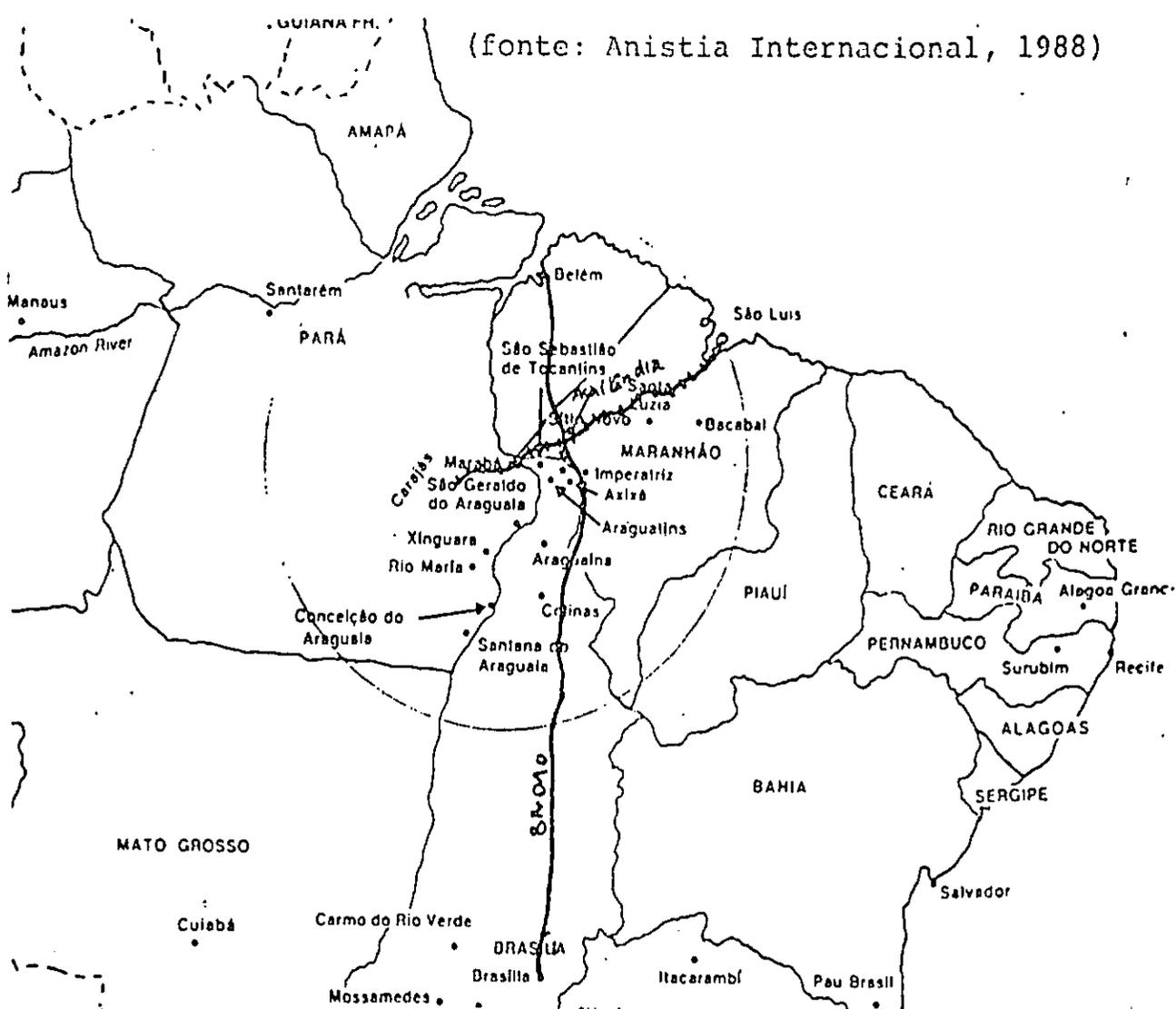
"Fábricas de poluição" e os conflitos fundiários

É ainda pouco divulgado, particularmente entre as populações locais, o impacto da instalação das usinas siderúrgicas movidas a carvão vegetal nativo, ao longo da Estrada de Ferro Ca-



rajãs, cixo de um corredor de exportação na Amazônia Oriental, o Programa Grande Carajás (instituído pelo decreto-lei 1813, de 24.11.80).

A preocupação com a questão ambiental - que aponta para danos irreparáveis que ocorrerão na extensa área compreendida pelo PGC (10% do território brasileiro) - deve enfatizar igualmente os efeitos nefastos que esse processo de industrialização acelerado vem acarretando sobre as populações indígenas e camponesas da região (estado do Maranhão, sul e sudeste do Pará e norte de Tocantins). É fato muito conhecido, por sua vez, que as áreas onde estão sendo implantadas essas usinas apresentam graves problemas fundiários, onde a violência que caracteriza a disputa pela posse da terra já ocasionou centenas de mortes (cf. Anistia Internacional, setembro 1988).



Beneficiados pela política de incentivos fiscais, os projetos aprovados no âmbito do PGC incluem a implantação de usinas de ferro-gusa e ferro-ligas, silício metálico e fábricas de cimento, que irão se utilizar de carvão vegetal como insumo básico. Cinco projetos serão implantados no Estado do Pará (municípios de Marabá e Tucuruí), sendo dois de ferro-gusa (em operação), dois de ferro-ligas (em instalação) e um de silício metálico (em operação). Os polos siderúrgicos previstos compreendem também os municípios de Açailândia e Rosário (MA), com treze projetos já aprovados e mais oito em fase de tramitação (cf. Secret. Executiva do CI PGC, nov. 88).

O complexo destas atividades industriais relega a um plano inferior a pequena produção agrícola, que até então tem trazido as maiores divisas para a região. Os municípios e centenas de povoados vizinhos serão gravemente atingidos, uma vez que seus moradores, pequenos produtores de alimentos (sem condições de escoar sua produção e submetidos a intermediários) serão transformados em um exército miserável de fornecedores de carvão para as "fábricas de poluição" (no dizer dos moradores de Pequiá e Açailândia - cf. Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, 1983).

Ao final de 1988, a um raio de 100 km ao redor do Distrito Industrial de Marabá, por exemplo, já existiam centenas de fornos (caieiras, tipo "rabo quente") produzindo carvão vegetal para o abastecimento das duas usinas que se encontram em operação (um alto forno cada uma, produzindo 60 toneladas de gusa/mês). O elenco de projetos previstos pelo PGC deverá provocar um desmatamento regular em toda a região em proporções muito

mais elevadas do que as atualmente atribuídas aos projetos agro-pecuários e madeireiros que assolam o sul e o sudeste do Pará. Com base numa estimativa de um hectare de floresta desmatada para cada 36 toneladas de ferro-gusa, estima-se a 800.000 ha/ano o desmatamento necessário para atender a meta de 286 mil ton/ano no Distrito Industrial de Marabá.

Fala-se em reflorestamento por espécies homogêneas sem, no entanto, levar em consideração que o preço do carvão obtido a partir de reflorestamento virá a inviabilizar a produção de gusa para exportação a baixo custo, tal como prevista pelo PGC. Até mesmo empresários com interesses no Programa e setores do próprio governo vêm colocando em dúvida a viabilidade econômica, a longo prazo, destes parques siderúrgicos. O desconhecimento sobre o manejo de florestas tropicais heterogêneas pode levar a um desastre ecológico sem precedentes na Amazônia Oriental.

A amplitude das transformações anunciadas no PGC compreende o deslocamento do centro das atividades econômicas regionais - baseado na coleta, na agricultura e no garimpo de ouro - para a indústria. O principal fator gerador de divisas para a região, tradicionalmente apoiado numa articulação entre agricultura e extrativismo, passaria ao complexo industrial por uma célere intervenção governamental.

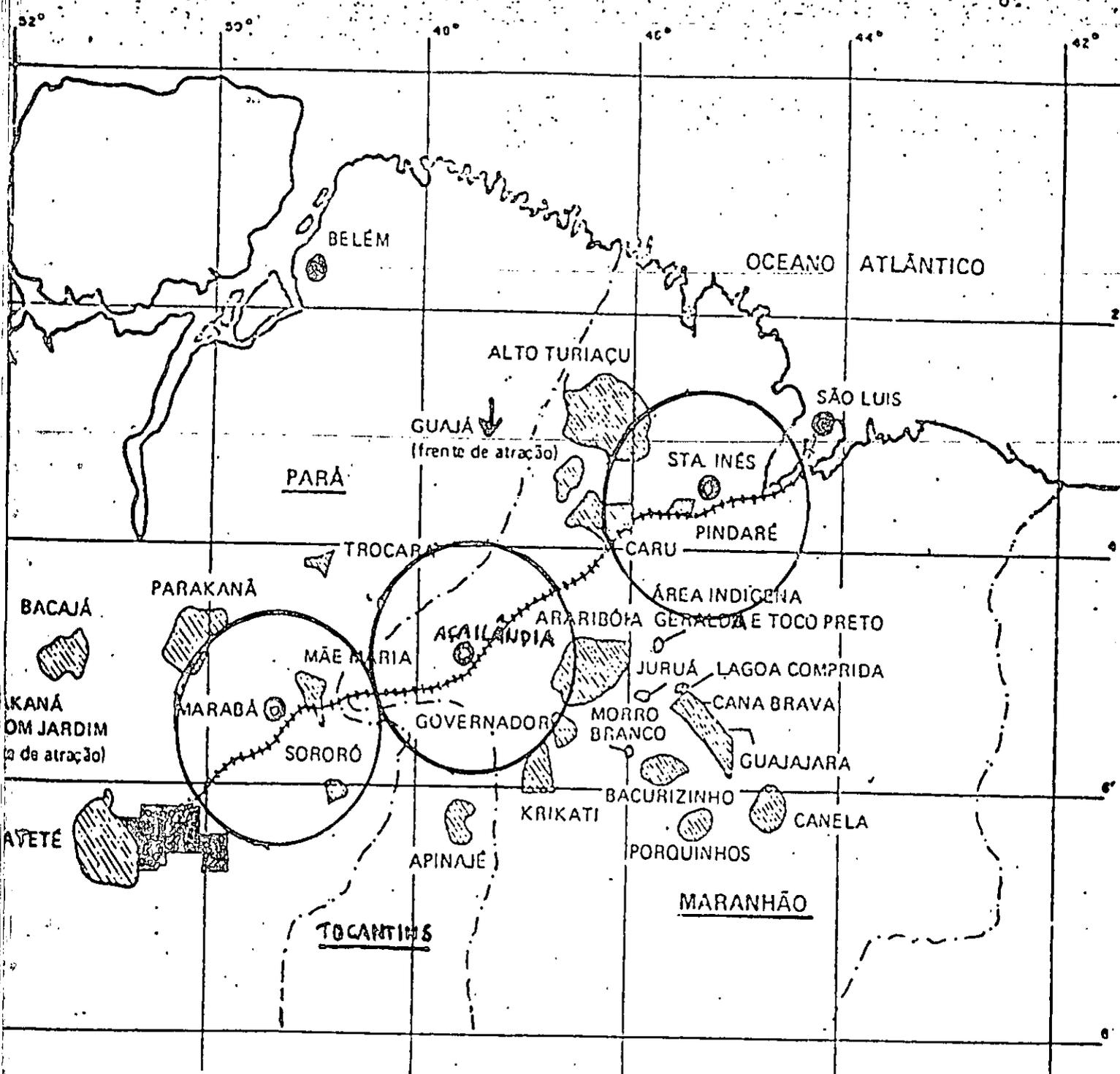
Do ponto de vista dos planejadores oficiais, a racionalidade econômica predominante omitiu a importância e o significado da presença, nessa área, de um número superior a 500 mil trabalhadores rurais sem-terra (cf. Conflitos de Terra, vol I, CCA, MIRAD, Brasília, fevereiro 1986), que se dedicam fundamentalmen

te às atividades de cultivo de arroz, milho e mandioca, com apoio exclusivo no trabalho familiar. Essa camada camponesa, que foi se consolidando nos próprios meandros das frentes de expansão, a despeito da proeminência na vida regional, é completamente desconsiderada nos planos oficiais; quando muito, os trabalhadores rurais são vistos como "possíveis interessados" na produção de carvão vegetal necessário às usinas siderúrgicas, ou seja, como mão-de-obra disponível e barata para os projetos industriais (cf. "Assessoria aos movimentos sociais na área do Programa Grande Carajás", CEPASP, Marabá, 1987).

Os índios pagam primeiro e mais caro

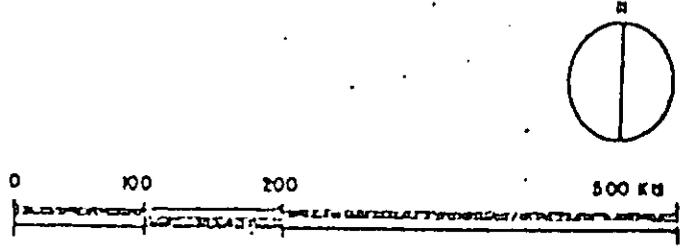
É notório o fato de que os "impactos" causados pelo ritmo acelerado da industrialização na área do PGC atingem de imediato e de modo mais acentuado seus habitantes tradicionais, as populações indígenas. A "necessidade" de obtenção de carvão vegetal para as usinas e a proximidade dos distritos industriais em relação aos territórios indígenas são agora uma ameaça crescente e real. Isto sem considerar que é da integridade de seus territórios - as últimas reservas de matas tropicais em toda a região - que os povos indígenas dependem para seu sustento (caça, pesca, coleta) e reprodução social enquanto sociedades diferenciadas.

Com a construção da Estrada de Ferro Carajás, iniciada em 1980, o governo brasileiro deu início à implantação do Projeto Ferro-Carajás (instalações na mina, no porto e ferrovia, espinha dorsal do PGC). A "área de influência" considerada no Projeto Ferro estendia-se a 21 territórios indígenas e duas "frentes de atração" de grupos ainda isolados (Guajá e Parakanã).



Legenda

- Provincia mineral de Carajás 
- Reservas indigenas 
- Estrada de Ferro Carajás 
- Cidades 
- Capital 
- Divisa Estadual 
- Polos gúceiros 



Uma população de cerca de 13.000 índios, distribuída em 16 grupos distintos está compreendida nessa área: Parakanã, Arara, Xikrĩn (Cateté e Bacajã), Gavião-Parkatejê, Aikewar, Asurini (PA), Apinaje (TO), Gavião-Pukobjê, Krĩkati, Canela, Guajã, Guajajara, Timbira, Urubu-Kaapor e Tembê (MA). Com graus diferenciados de contato e relações com a sociedade nacional, todos esses grupos vêm sendo afetados de modo drástico com o ritmo acelerado de implantação do PGC. A vulnerabilidade de invasão e desmatamento indiscriminados desses territórios indígenas aumentará com a "necessidade" de obtenção crescente de carvão vegetal nativo para as usinas siderúrgicas, cuja produção terá um destino certo: o mercado exterior.

A crítica necessária

É assim que, na ótica governamental, as regiões periféricas do Brasil têm seu crescimento econômico dado a partir da formação de uma base de exportação voltada para a exploração de recursos naturais. Essa proposta, formulada no decorrer dos governos militares, tem se mostrado incapaz de favorecer soluções para os problemas econômicos e sociais dos segmentos mais pobres da população. As próprias políticas públicas adotadas nos últimos ciclos de expansão têm contribuído para o incremento das desigualdades sociais e para o aumento das diferenças de renda entre as áreas urbanas e rurais.

As políticas macro-econômicas de estabilização e crescimento são esboçadas fundamentalmente para atender uma solução dos chamados "problemas de interesse nacional". Assim, com as dificuldades surgidas no balanço de pagamentos, o país tem explora

do, numa taxa indesejável, o seu potencial de recursos naturais renováveis e não-renováveis, como forma de contribuir para o crescimento acelerado de suas exportações.

No entanto, é necessário que, no processo de desenvolvimento democrático, o governo brasileiro defina com clareza uma política de recursos naturais com objetivos específicos que não sejam somente reflexos de interesses ligados às metas de crescimento global e setorial da economia. É necessário também que haja transparência nas decisões do governo em relação à política de incentivos fiscais até aqui fartamente distribuídos para a instalação dos projetos na área do PGC. Na verdade, os programas de desenvolvimento precisam ser redimensionados a partir da perspectiva do planejamento regional, enfatizando o caráter social, até aqui omitido.

A região amazônica não está "vazia" como querem as justificativas desses "grandes projetos", o que leva à consideração de que a defesa do meio ambiente não pode se restringir apenas à ótica preservacionista. Não se trata somente de preservar a floresta, mananciais e demais áreas ecologicamente frágeis, mas também, de garantir a interação das diversas populações humanas da Amazônia com o ambiente que habitam. Torna-se assim indispensável a participação das populações regionais - indígenas, camponesas e ribeirinhas - na redefinição mesma desses programas, tanto na sua formulação quanto na sua execução.

Assim, setores da sociedade civil brasileira, mobilizados em torno desta questão, apontam equívocos e procuram exigir a desaceleração dos investimentos feitos nesses "grandes projetos",

bem como a identificação de outras alternativas para o desenvolvimento econômico do país, que resguardem os modos de vida das populações que habitam estes espaços.

Objetivos e metodologia de uso de vídeo

O objetivo deste trabalho em vídeo consiste em documentar a instalação das usinas siderúrgicas movidas à carvão vegetal nativo ao longo da estrada de ferro Carajás e a repercussão que seu funcionamento vem trazendo para o meio ambiente e o modo de vida das populações indígenas e dos trabalhadores rurais.

Documentaremos também a região de Itabira e o vale do Rio Doce no Estado de Minas Gerais, onde a operação das guseiras por duas décadas à completa degradação ambiental, bem como a vida miserável de carvoeiros desta região.

Dado o esgotamento dos solos de Minas Gerais após sucessivos reflorestamentos, o custo do transporte de carvão de regiões distantes e os conflitos de terra, o parque industrial guseiro está sendo transferido para o Pará associado ao capital das grandes construtoras da ferrovia Carajás.

Estes registros, editados no decorrer de sua realização na forma de módulos temáticos educativos, nos permitirão veicular informações e subsidiar debates à nível local junto às comunidades afetadas.

Esta discussão será encaminhada pelo movimentos populares organizados (os sindicatos de trabalhadores rurais, associações de moradores e o recém criado sindicato dos metalúrgicos) e pelas entidades de assessoria que atuam na região (Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular; Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos; Comissão Pastoral da Terra; Centro Agrário do Tocantins; Centro dos Trabalhadores Rurais).

Finalmente o registro das discussões locais composto com os registros anteriores resultarão numa edição final de um documentário de 50 minutos para o público em geral tratando em profundidade a questão do impacto social e ambiental das guserias no Pará bem como o fosso existente entre os grandes projetos desenvolvimentistas e as reais necessidades da população.